

O NESEF E O ENSINO DA FILOSOFIA

Por Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado

Há 20 anos o NESEF luta pela inclusão e permanência do ensino de Filosofia nas escolas. As atividades do núcleo ao longo de sua história podem ser divididas, basicamente, em três momentos. O **primeiro**, de 1997 a 2002, o período em que a principal preocupação foi a luta para tornar a Filosofia uma disciplina reconhecida no currículo do Ensino Médio. Nesse sentido, já em 1997, ainda em fase embrionária, o NESEF participa das primeiras discussões que levaram à construção do projeto de lei que propunha a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias da base curricular do Ensino Médio.

Com a retirada da Filosofia dos currículos pelo regime militar em 1971 (Lei 5.692/71) surge um amplo processo de discussão que tem no movimento estudantil, sindical e no campo acadêmico com a criação, em 1976, da Seaf (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas) uma forte resistência. Este movimento foi impulsionado sobremaneira após a aprovação da LDB 9394/96. O inciso III do artigo 36 da LDB afirmava que todo/a estudante ao concluir o Ensino Médio deveria ser capaz de demonstrar conhecimentos mínimos em Filosofia e Sociologia, mas não definia a forma como isso deveria acontecer. Essa indefinição abriu caminho para a apresentação do primeiro projeto de lei, apresentado pelo Deputado Federal (PR) Roque Zimmermann, com o intuito de alterar este artigo tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio.

O projeto tramitou entre 1997 até 2001 quando foi vetado pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Após o veto novo projeto com o mesmo conteúdo e propósito passou a tramitar no Congresso Nacional e, em 2008, foi aprovado e sancionado pelo vice-presidente da República José de Alencar. Em 2016, logo após o golpe midiático-jurídico e parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer baixou a MP 746/12/2016 na qual propôs a reforma do ensino médio que altera substantivamente o teor e a estrutura deste nível de ensino. Em fevereiro de 2017 foi publicada no Diário Oficial a Lei 13.415/17 com a promessa de entrar em vigor dois anos depois. Esta abrupta mudança na legislação do ensino, somada com a recente aprovação da BNCC, trouxe para as disciplinas curriculares, exceto a Língua Portuguesa e Matemática, o maior ataque já visto da história da educação brasileira desde a República Velha. A Filosofia - assim como as disciplinas de Artes, Sociologia, e Educação Física -, passa a ser compreendida como “**estudos e práticas**” sendo-lhe retirando o caráter de disciplina curricular.

O **segundo momento** forte de atuação do NESEF ocorre entre os anos de **2003 e 2010**, período que ocorreu uma



aliança entre os segmentos progressistas do campo acadêmico, sindical e das gestões de governo tanto na esfera estadual como federal. Houve, no nosso entendimento, uma confluência de interesses em torno da implementação de um projeto educacional em defesa da ampliação da participação efetiva e democrática dos/as professores/as e gestores no debate público das políticas educacionais.

Período este que marca a defesa da escola pública e gratuita para todos/as e com qualidade socialmente referenciada. Nesse sentido, destaca-se a participação do NESEF na construção do documento das Diretrizes Estaduais de Filosofia, no acompanhamento da produção do Projeto Folhas e do Livro Didático e na construção da Antologia de Textos Filosóficos. Também cumpriu importante função dentro da UFPR seja em relação ao estudo de textos e debates em torno do ensino da Filosofia seja da produção acadêmica de dissertações e teses voltadas à educação filosófica, principalmente a partir de 2005.

Por fim, pode-se falar de um **terceiro momento** marcante de atuação do NESEF que ocorreu entre os anos de 2011 e 2018, período em que se consolidam algumas das mais importantes atividades desenvolvidas pelo NESEF: a Revista do NESEF Filosofia e Ensino - hoje com 13 edições publicadas; a formação do G-FIL (Grupo de Educação Filosófica) responsável pela leitura, debate e estudo de textos relacionados ao campo de educação filosófica (grupo que se reúne sistematicamente todas as quartas-feiras); NESEF/CNPq, desde 2009; a criação e consolidação do G-CINE (Grupo Cinema e Filosofia) que possui hoje dois cineclubes com sessões mensais programadas: Cineclube Jogo de Cena e Cineclube Itinerante; formação do G-FILO (Grupo de Filosofia Outras) que funciona com uma programação mensal sistemática na sede do IFIL; criação do G-EEP (Grupo Estudos de Economia Política) que vem organizando debates, a partir de 2016, sobre a política econômica e educacional e a leitura do Livro I d'O Capital, de Marx; criação e consolidação do jornal O Sísifo criado em 2017 e lançado oficialmente em junho/2018 com edições e publicações periódicas publicizadas no início de cada mês; criação, em 2018, do NECON (Conjuntura Política) que pesquisa temas relacionados a Guerra Híbrida e Doutrina do Choque; a criação, em 2019, do G-INFIL (Grupo de Infância e Filosofia), do Grupo NESEF Jovem, Cursinho Rumo, Educomunicação, Rádio Camélia, Grupo Paulo Freire, Interculturalidade e Pedagogias Descoloniais, Círculo de Leitura Leia Mulheres e o Seminários Ciclo Rosa Luxemburgo – 100 Anos.

TECENDO CONVERGÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE INÉDITOS VIÁVEIS: PAULO FREIRE, INTERCULTURALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO

Por Giselle Moura Schnorr – UNESPAR
giselleschnorr@gmail.com

Este ano iniciamos o Estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná, com supervisão do Prof. Dr. Geraldo Bauduino Horn. Neste trabalho tomamos como desafio revisitar obras de Paulo Freire, tendo como fio condutor tecer uma breve história de suas ideias¹. Somamos ao estudo de Freire relaciona-lo com a proposta de transformação intercultural da filosofia de Raúl Fonet-Betancourt (2001) em vistas de analisarmos suas contribuições para educação.

A aproximação entre a pedagogia libertadora e a filosofia intercultural visa fundamentalmente traçar convergências que contribuam na construção de *inéditos viáveis*² e problematizar o vigor educativo da filosofia intercultural.

Desde seu trabalho, Educação e atualidade brasileira de 1959, até seu último escrito Pedagogia da Autonomia, de 1996, Paulo Freire produziu uma extensa obra ancorada em práticas educativas em diversas culturas latino-americanas, africanas, europeias e estadunidenses, que lhe possibilitaram um rico exercício de aprendizado e produção teórica. Pretendemos compreender este percurso teórico investigando influências e interlocutores.

Este estudo relaciona-se, também, ao fato de que nas últimas décadas vem ocorrendo o crescimento de estudos sobre ‘colonialidade/modernidade’, ‘descolonização e ‘giro decolonial’, nos quais encontramos algumas referências ao legado de Paulo Freire. Nos escritos de Fonet-Betancourt não encontramos menção ao pensador brasileiro e como a produção de ambos instigam nossa curiosidade teórico-prática pretendemos analisar possíveis convergências.

Ao tomarmos como problema a atualidade do pensamento de Paulo Freire para tecermos ‘inéditos viáveis’ na educação temos como prioridade destacar a dimensão transformadora desta pedagogia, contribuindo com estudos sobre colonialidade/modernidade e a proposta de transformação intercultural da filosofia. Como estratégia de desenvolvimento, além do estudo teórico-bibliográfico, estamos organizando atividades formativas, tais como:

1) Círculo de Cultura Leia Mulheres, com encontros mensais, visando promover a leitura de escritos de mulheres de distintos contextos e perspectivas teóricas; contribuindo assim para a superação da invisibilidade das mulheres como produtoras de conhecimento; exercitando a educação popular feminista e descolonial ao promover exercícios de aprendizagens colaborativas na forma de círculos de cultura e compartilhando saberes e experiências para superação de práticas misóginas, sexistas, racistas e discriminatórias.

2) Ciclo de Estudos e Experiências sobre Paulo Freire, interculturalidade e pedagogias descoloniais, com objetivos de: a) realizar o estudo sistemático de obras de Paulo Freire e situar sua trajetória intelectual, influências e concepções que permeiam sua proposta educativa. b) discutir a contemporaneidade do pensamento freireano e estabelecer relações com a filosofia intercultural e as pedagogias descoloniais; c) promover exercícios de aprendizagens colaborativas com inserções práticas.



Com estas atividades pretendemos dar início a uma comunidade pedagógica comprometida com o estudo teórico e vivências práticas em diferentes espaços, possibilitando assim exercícios acerca de “inéditos viáveis”.

As atividades foram divulgadas via NESEF/UFPR para recebimento de inscrições e contou com um grande número de pessoas interessadas. De acordo com o público prioritário e a ordem das inscrições estamos retornando a cada pessoa que entrou em contato quanto a efetivação da participação ou não.

Referências

FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONET-BETANCOURT, Raúl. Transformación intercultural de la filosofía latino-americana: ejercicios teóricos y prácticos de la filosofía intercultural en el contexto de la globalización. Desclée de Brouwer, 2001.

LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WALSH, Catherine. Pedagogías Decoloniales. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017. orientação política atual e teremos que lidar com suas consequências.

¹ Inspiro-me aqui no movimento latino-americano história das ideias iniciado nos anos quarenta do século XX, representando um importante giro teórico-metodológico, com vários desdobramentos em distintas áreas de conhecimento, estando, por exemplo, nas origens das filosofias da libertação décadas de sessenta/setenta, da filosofia intercultural, anos oitenta, com diversas contribuições e perspectivas sobre a história intelectual na América Latina. Entre os expoentes deste movimento temos: Arturo Ardao (Uruguai), Arturo Andrés Roig (Argentina), Francisco Miró Quesada (Peru), Leopoldo Zea (México), Salazar Bondy (Peru), João Cruz Costa (Brasil), entre outros.

² Expressão cunhada por Paulo Freire para se referir ao futuro a ser construído desde ações hoje.

WALTER BENJAMIN E A EDUCAÇÃO: A BUSCA POR OUTRAS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS QUE TORNEM A VIDA HISTORICAMENTE MAIS ELEVADA

Por Márcio Jarek – UEPG
m.jarek@hotmail.com

Podem ser identificadas várias relações do complexo e multifacetado pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) com o campo da educação. Tradicionalmente reconhece-se, por vários pesquisadores de sua obra, a elaboração de uma crítica teoria sobre a experiência como a contribuição mais destacada do pensador para a área educacional. Nosso objetivo de pesquisa de pós-doutorado junto ao NESEF e a UFPR é, justamente, explorar de modo mais detido e profundo esse aspecto tomando-o como elemento central para se compreender as relações, mais abrangentes, entre vida e educação na perspectiva da filosofia de Benjamin. Tal interesse por essa temática decorre dos resultados da pesquisa de doutorado sobre a ideia de vida no pensamento de Walter Benjamin que foi realizada entre os anos de 2012 e 2016 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade de Paris 8 em Saint Dennis.

Em nossas leituras constatamos que Benjamin, no início de seus estudos, estava marcado por inquietações essencialmente metafísicas que serão aprimoradas com o passar do tempo e que, sobretudo a partir do seu contato “excêntrico” com o materialismo histórico (um contato que se dá, em um primeiro momento, por meio da influência das vanguardas artísticas europeias como o Surrealismo e o Teatro Épico de Bertold Brecht) se transformarão, em uma fase mais madura e reconhecida de seu pensamento, em convicções profundamente críticas sobre as formas de vida modernas. Para o pensador alemão, a vida pode ser pensada em seu âmbito biológico natural, como mera vida (*blosse Leben*), ou pode ser pensada, e mesmo politicamente promovida, como uma grandeza histórica “mais elevada”. Sua crítica reside justamente no modo como a vida das pessoas tem sido mantida no âmbito do meramente natural e orgânico e de atendimento de demandas unicamente materiais. Essa interdição ou limitação da possibilidade de uma vida historicamente realizada ocorreu, segundo o filósofo, sobretudo, por meio do empobrecimento das experiências das pessoas (senão, dito de modo mais adequado, por meio da limitação da vida à realização de “meras vivências” individualizadas). Essa pobreza generalizada de experiências (empobrecimento da diversidade e profundidade

da cultura e de sua sabedoria coletiva acumulada e partilhada), destaca Benjamin, passou a ser amplamente difundida como característica da vida nas sociedades industrializadas modernas. Essa redução da vida, por sua vez redução do campo de experiências, pode ser facilmente reconhecido na substituição, no interior dos processos educativos das sociedades, da formação cultural mais ampla (no sentido grego de *Paideia* ou no do romantismo alemão de *Bildung*) pela “formação” enquanto mera instrumentalização dos indivíduos para as atividades profissionais lucrativas, para a cidadania passiva e para a moralidade “líquida” das sociedades de consumo. Para Benjamin essas características limitadas e empobrecidas dos processos formativos atuais geram uma nova forma de barbárie que precisam ser urgentemente ressignificados.

Assim, tem-se por objetivo principal de nossa pesquisa compreender melhor os vínculos da relação entre vida e educação indicados por Benjamin, bem como buscar, no interior do pensamento do autor, as possíveis indicações e proposições de outras perspectivas formativas que favoreçam outros planos de experiências no âmbito da estética, da história e, principalmente, da política. Busca-se igualmente compreender, em linhas gerais e tendo em vista as possíveis indicações e proposições encontradas, se Benjamin elaborou um verdadeiro “projeto pedagógico revolucionário” nas primeiras décadas do século XX. Projeto este que talvez tenha sido esboçado em seu período de formação universitária e que parece ter ganho maior relevo nos escritos do pensador a partir de seu contato com atividades de diferentes vanguardas artísticas da época e que se situavam no estudo e na prática relacionadas as mais variadas inovações técnicas e metodológicas de áreas como o teatro, a fotografia, o rádio e o cinema.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa, previsto para ser realizado no período de dois anos, pretende-se essencialmente bibliográfico, centrado na análise crítica de obras do referido pensador, de suas fontes do passado, de comentadores e pesquisadores atuais de seu pensamento, bem como, no comentário e na discussão construídos na partilha e na colaboração com outros pesquisadores e estudantes da área. Espera-se ainda que, à medida que a pesquisa avance e surjam novas descobertas conceituais e metodológicas, o projeto propicie também a possibilidade de experimentações práticas relativas a atividades de cunho cultural formativo geral, tais como, exposições, debates, mesas redondas, exibição de filmes, entre outros e, de modo mais específico, favoreça a construção de estratégias de ensino para diferentes áreas com foco naquelas disciplinas que se configuram integralmente filosóficas ou que com elas dialogam.



TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO MÉDIO

Por *Luciana Vieira de Lima*
luna-lima@hotmail.com

Relato aqui o estudo proveniente de uma pesquisa em andamento de pós-doutorado sob a supervisão do professor Dr. Geraldo Balduino Horn, na Universidade Federal do Paraná - UFPR no Programa de Pós-graduação em Educação, situado na linha de pesquisa: Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação.

Esta pesquisa intenta analisar o princípio da interdisciplinaridade em documentos oficiais de políticas educacionais brasileiras no âmbito do Ensino Médio. Considerando que este conceito é multifacetado e suscita diversas interpretações, buscar-se-á compreender o movimento de construção do princípio da interdisciplinaridade nas políticas educacionais, tomando, como referencial, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica.

Para tanto, adota-se, como escopo, o processo histórico e teórico de constituição desse princípio: as políticas neoliberais, a reforma do ensino, os interesses políticos e sociais, bem como o fundamento do conceito de interdisciplinaridade, que são pensados com base em tendências teóricas e metodológicas de interpretação e de análise da sociedade, do próprio conhecimento e o de ser humano.

Conjectura-se que este conceito pode manifestar-se como uma estratégia de integração e flexibilização de disciplinas no campo da pesquisa e da educação, bem como se tornar um engano, principalmente quando é tomado como resposta autônoma e absoluta, desconsiderando a lógica na qual a interdisciplinaridade está inserida. Portanto, é preciso ter o discernimento de que, no sistema capitalista, os interesses sempre se convergem entre capital e trabalho. Neste sentido, o princípio de interdisciplinaridade não pode ser compreendido de forma ingênua, pois isto apenas legitima e aliena o sujeito a se tornar uma mão de obra especializada, já que as políticas públicas, ao serem reduzidas apenas em reformas do Estado, reforçam o ideal neoliberal que abarca, dentre os vários princípios, o de universalidade, integralidade, bem como o de interdisciplinaridade.

Ainda, neste contexto, é importante analisar o caráter ideológico e político que se oculta no conceito de interdisciplinaridade, para que este não se torne uma razão instrumental que visa apenas formar sujeitos para o mercado de trabalho.

A proposta desta pesquisa é entender a apropriação do princípio de interdisciplinaridade nos PCNs. Deste modo, o

problema de pesquisa é compreender o significado, o contexto e a justificativa da concepção de interdisciplinaridade adotada nos PCNs.

Parte-se do pressuposto de que os PCNs assumem como referencial teórico e metodológico, para assegurar a interdisciplinaridade a vertente humanista. Nesta acepção, a interdisciplinaridade se apresenta como condição para libertar o conhecimento que se encontra em uma suposta condição de “patologia”. Essa concepção é a mais difundida e aparenta ter mais adeptos, desconsiderando a visão social-crítica e sua perspectiva dialética. Neste cenário, a vertente que, aparentemente o documento assume, se apresenta um tanto quanto instrumental, porque coloca o interdisciplinar como uma meta ou uma necessidade a ser atingida, importando apenas a obtenção de resultados, desconsiderando o real e o seu movimento histórico.

A pesquisa ressalta que o trabalho interdisciplinar não pode se isentar dos elementos que circunscreve as relações e práticas sociais, para tanto é preciso uma tomada de consciência que “decorre da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento¹”; dessa maneira, a socialização ou não da produção do conhecimento não são alheias às relações e às práticas que o ser humano produz em determinado espaço e tempo; pelo “contrário, nelas encontra-se sua efetiva materialidade histórica²” .

Portanto, o estudo intenta pensar a interdisciplinaridade enquanto processo dialético a respeito dos seus problemas e desafios para a práxis pedagógica. Para tanto, o conceito em questão necessita ser entendido em seus aspectos, sociais, políticos, econômicos e culturais, isto é, como um movimento que põe o sujeito diante das contradições e somente por meio de um conhecimento histórico e crítico é possível refletir sobre os desafios que a prática impõe.

Considerando a centralidade da interdisciplinaridade nos PCNs, será necessário analisar a partir de qual referencial teórico e metodológico este princípio foi inserido nesse documento. Após esse delineamento, procurar-se-á investigar e caracterizar a concepção adotada, as justificativas, seus objetivos e suas finalidades analisando a relação entre teoria, discurso político e a prática escolar, tencionando a perspectiva crítica e dialética. O caminho a ser percorrido é teórico, com base na pesquisa bibliográfica e documental.

¹ FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. P. (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.36.

² Idem